

Petróleo, Royalties & Região

UcamCidades

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XV, nº 57 - Setembro / 2017

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade - Universidade Candido Mendes

APOIO

INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310



Editorial

Petróleo e gás natural: possibilidades para um Brasil em crise?

PÁGINA - 2

Artigos

Protagonismo do Estado do Rio de Janeiro na exploração e produção de petróleo e gás natural: até quando?

PÁGINAS - 3 a 7

Royalties no fomento à pesquisa do setor do petróleo e gás natural - O caso do IEE/ USP (1999-2012)

PÁGINAS - 8 a 10

Planejamento urbano pós-royalties: reflexões para a revisão do Plano Diretor de Campos dos Goytacazes - RJ

PÁGINAS - 11 a 18

Abandonada e aproveitada: o redistritamento informal de Quixaba, RJ

PÁGINAS - 19 a 21

Editorial

Petróleo e gás natural: possibilidades para um Brasil em crise?

Rodrigo Machado Vilani

José Luis Vianna da Cruz

Editores do BPRR

Diante de uma crise política sem parâmetro na recente história democrática do Brasil, em meio à qual encontram-se envolvidos representantes de todos os Poderes da República, com destaque para aqueles que ocupam os cargos centrais do Executivo Federal, além de deputados e senadores, desnudou-se a ausência de um projeto de Estado. Não há novidade, tampouco surpresa nesta constatação, apenas tornou-se inquestionável que as políticas brasileiras estão estruturadas sobre projetos privados que financiaram e financiam os representantes eleitos pela população.

Em meio às constantes e volumosas denúncias de corrupção, dos mais altos escalões da República aos mais singelos cargos municipais, soma-se uma estrutura administrativa marcada pela falta de planejamento, má gestão de recursos públicos, falta de pessoal técnico qualificado e descontinuidade de políticas públicas.

A sorte geográfica do Estado do Rio de Janeiro, com grandes reservas de petróleo e gás natural, somada a uma contestável forma de distribuição de rendas petrolíferas, não minimizou a crise econômica. A penúria do Estado em todos os setores, com destaque para a situação das universidades estaduais, agora ameaçadas abertamente pelo Ministério da Fazenda, é retrato do descompasso entre a abundância de recursos (*in casu*, das rendas petrolíferas) e os investimentos sociais.

Neste número, o Boletim Petróleo, Royalties e Região (BPRR) trará artigos voltados para diferentes aspectos da eficiência administrativa, tomando por foco a questão petrolífera. Os primeiros artigos tratam de temas inerentes à iminente transferência da centralidade petrolífera do Rio de Janeiro para São Paulo, com a respectiva expansão da área de influência do segmento de petróleo e gás natural. Por fim, o BPRR apresenta uma importante reflexão sobre a questão urbana que, em última análise, encerra um alerta para o futuro dos municípios que fazem parte da nova área de influência do petróleo no sudeste brasileiro, alavancada pelas reservas do pré-sal.

Em *Protagonismo do Estado do Rio de Janeiro na exploração e produção de petróleo e gás natural: até quando?*, Heitor Soares Mendes, Marta Lucia Azevedo Ferreira e Henrique Cavaliere analisam a possibilidade de deslocamento da centralidade econômica do setor de petróleo e gás natural do Estado do Rio de Janeiro

para São Paulo. Apesar dos resultados ainda indicarem o Rio de Janeiro como principal protagonista da produção de petróleo e gás natural, há clara expansão de investimentos privados e incentivos públicos em São Paulo, que poderão favorecer uma alteração na geopolítica petrolífera brasileira, a qual demandará esforços teórico-metodológicos para embasar um amplo debate sobre um projeto nacional para o setor e o desenvolvimento do País como um todo.

Uma das discussões centrais para um projeto nacional envolvendo benefícios do setor petrolífero é a geração de empregos e o desenvolvimento científico e tecnológico. Dessa forma, no artigo *Royalties no fomento à pesquisa do setor do petróleo e gás natural - O caso do IEE/USP (1999-2012)*, os autores Miguel Edgar Morales Udaeta e Vanessa Meloni Massara discutem a relação entre a pesquisa científica na formação do conhecimento técnico com recursos do setor energético, especificamente, o Programa de Recursos Humanos (PRH) da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Os resultados indicam uma expansão deste setor que deve ser acompanhada por oportunidades para profissionais qualificados na área de energia.

Ronaldo de Sousa Araújo, Zélia Maria Peixoto Chrispim e Rodrigo Anido Lira, no artigo *Planejamento Urbano pós-royalties: Reflexões para a Revisão do Plano Diretor de Campos dos Goytacazes - RJ*, apresentam importante crítica à gestão das rendas petrolíferas em Campos dos Goytacazes e apontam para as possibilidades de revitalização do município por meio do Plano Diretor após o período de abundância das rendas petrolíferas.

No quarto e último artigo, *Abandonada e aproveitada: o redistritamento informal de Quixaba, RJ*, John Marr Ditty, Maria Eugênia Ferreira Totti e Denise Cunha Tavares Terra analisam as peculiaridades de Quixaba, região localizada dentro de Campos dos Goytacazes (RJ), município com a maior arrecadação de rendas petrolíferas no Brasil. Apesar da localização, os residentes de Quixaba votam em São João da Barra (RJ), município responsável pelos serviços públicos na região. Esta condição singular contribui para que Campos dos Goytacazes mantenha o recebimento de rendas petrolíferas, deixando o ônus dos investimentos públicos para São João da Barra, que, por sua vez, se beneficia de retornos eleitorais.

VESTIBULAR 2018
INSCRIÇÕES ABERTAS

SEM
DÚVIDA,
a Candido é a melhor escolha!

Protagonismo do Estado do Rio de Janeiro na exploração e produção de petróleo e gás natural: até quando?

PROTAGONISM OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO IN THE EXPLORATION AND PRODUCTION OF OIL AND NATURAL GAS: UNTIL WHEN?

Resumo:

Este artigo investiga, em caráter exploratório, a possível perda de protagonismo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) no setor de Petróleo e Gás Natural (P&G), com deslocamento da centralidade econômica do setor petrolífero para o Estado de São Paulo (ESP). O artigo alicerça a discussão em dados sobre a evolução da produção de P&G; a distribuição geográfica das operadoras e dos fornecedores; o calendário de leilões ANP; e as rendas provenientes das participações governamentais na produção petrolífera. A recente notícia sobre a intenção do governo paulista de estimular a economia do petróleo foi a principal motivação para elaboração deste artigo. Os resultados mostram que o ERJ tem mantido sua posição de principal *locus* da produção petrolífera do País, concentrando grande parte das rendas provenientes dessa atividade, bem como as principais empresas operadoras e fornecedoras setoriais. Não obstante, o crescimento recente da produção do ESP sinaliza que esse protagonismo pode vir a ser contestado.

Palavras-chave: Petróleo e Gás Natural. Protagonismo Regional. Desenvolvimento Regional.

Abstract:

This article investigates, on an exploratory basis, the possible loss of protagonism of the State of Rio de Janeiro (ERJ) in the Oil and Natural Gas (O & G) sector, with the economic centrality of the oil sector moving to the State of São Paulo (ESP). The article bases the discussion on the evolution of O & G production; the geographical distribution of operators and suppliers; the calendar of ANP auctions; and revenues from government participation in oil production. The recent news about the intention of the São Paulo government to stimulate the oil economy was the main motivation for the elaboration of this article. The results show that the ERJ has maintained its position as the main locus of the country's oil production, concentrating a large part of the revenues from this activity, as well as the main operating companies and sector suppliers. Nonetheless, the recent growth in ESP production indicates that this protagonism may be challenged.

Keywords: Oil and Gas. Regional Protagonism. Regional Development.

Heitor Soares Mendes

Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (IE/UFRJ)
- Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da
Fonseca (CEFET/RJ)
heitor.mendes5@gmail.com

Marta Lucia Azevedo Ferreira

Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (IE/UFRJ) -
Professora do CEFET/RJ
marta.ferreira57@gmail.com

Henrique Cavalieri

Doutor em Economia (IE/UFRJ) - Pesquisador Associado do Grupo de
Economia da Inovação do Instituto de Economia da UFRJ (GEI/IE/UFRJ)
henrique.cavalieri@gmail.com

1 - Introdução

Desde a 2ª Guerra Mundial, o petróleo vem estimulando a competição entre empresas e países pelo acesso a reservas e pela Exploração e Produção (E&P) em novas fronteiras marítimas (YERGIN, 2010). O período de 2003 a 2013, decorrente da forte expansão da economia chinesa - conhecido como boom das commodities -, beneficiou a economia brasileira com sua ampla e diversificada matriz produtiva, estimulando uma das vertentes do debate sobre o desenvolvimento econômico a partir da indústria petrolífera (BIELSCHOWSKY, 2012; CEDRO, 2014; FRISCHTAK & BELLUZZO, 2014). Este boom também beneficiou a economia fluminense ao reforçar o protagonismo desta indústria já alcançado com a exploração *offshore* na Bacia de Campos nos anos 70 e 80.

Em que pese a queda no preço do petróleo, que vem ocorrendo desde 2014, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informa que o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) foi responsável por 67% da produção nacional de petróleo em 2016. Como esta tendência de queda se mantém - afetando as rendas obtidas com royalties e participações especiais -, e os efeitos de encadeamento da indústria ainda são limitados, é preciso articular políticas de longo

prazo voltadas para o fortalecimento dos sistemas setorial, regional e nacional de inovação (BRITO et al., 2017; HASEN-CLEVER et al., 2016; MELO & OLIVEIRA, 2015; SILVA, 2017; SOBRAL, 2017).

Como assinala Cruz (2016), a economia petrolífera fluminense atravessou três fases: a primeira, anterior ao aumento das rendas seletivamente distribuídas; a segunda, posterior à quebra do monopólio e ao aumento das rendas; e a terceira, que incorpora o pré-sal e o Complexo Logístico e Industrial do Açu visando a integração regional nos marcos da inserção internacional da economia brasileira. Sobral (2017) chama a atenção para os desafios desta internacionalização baseada na reinvenção de "âncoras econômicas" em lugar do aumento e da diversidade e da complexidade produtivas a partir daquelas já existentes.

O autor destaca ainda a necessidade de um projeto nacional para a economia do petróleo, que oriente o planejamento e a reindustrialização estadual, de modo a evitar a manutenção de uma estrutura produtiva frágil por ser "oca". Este é um problema estrutural, que impede o surgimento de vantagens competitivas sistêmicas e sustentáveis. O debate sobre a vo-

cação regional precisa levar em conta o adensamento produtivo visando maior agregação de valor econômico. Ademais, como o polígono do pré-sal abrange as bacias sedimentares de Campos, Espírito Santo e Santos, o segmento de E&P - conhecido como *upstream* -, nesta nova fronteira, se expande para além do ERJ.

Vale mencionar que, em evento recente, o governador do Estado de São Paulo (ESP) afirmou a importância do setor de P&G para a economia regional, destacando sua disposição em fortalecer a economia do petróleo no estado¹. Assim, este artigo discute, ainda que em caráter preliminar e exploratório,

uma possível perda de protagonismo do Rio de Janeiro em favor de São Paulo.

Além desta introdução, na seção dois, são apresentados os dados da produção de P&G e, na seção três, aqueles relativos à distribuição geográfica das operadoras de E&P, dos fornecedores qualificados desta cadeia produtiva, além daqueles referentes aos próximos leilões da ANP. Na seção quatro, são apresentados os dados sobre as rendas estaduais provenientes das participações governamentais no segmento de E&P. Na sequência, são apresentadas as considerações finais e referências utilizadas.

2 - Evolução da produção estadual de P&G no Brasil

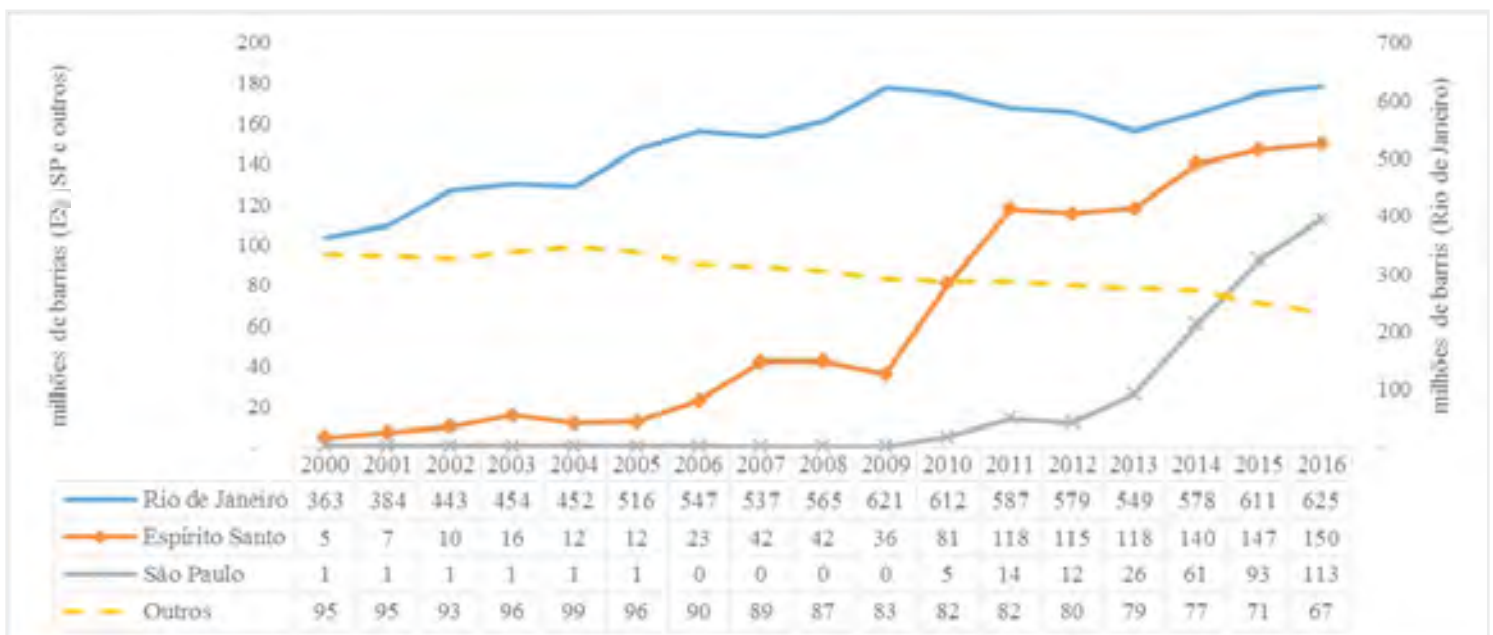
Segundo Cruz (2016), a expansão do *upstream* no pós-sal, o início destas atividades no pré-sal e a instalação do Porto do Açu - no contexto dos investimentos em infraestrutura de logística portuária e de circulação de mercadorias - marcam o avanço do processo de internacionalização da Região Fluminense a partir de 2010. Mas, como mostra o Gráfico 1, as atividades de E&P se tornam significativamente maiores no Estado do Espírito Santo (EES) e no ESP nessa mesma época.

O ESP não figurava com representatividade na produção nacional de petróleo em 2000 e assim permaneceu até 2009. Mas, em 2010, este quadro se alterou completamente, passando o estado a figurar como sétimo produtor nacional, assumindo a posição de terceiro maior produtor em 2013, posição mantida atualmente. O Gráfico 2 ilustra

a participação relativa dos estados brasileiros na produção nacional de P&G.

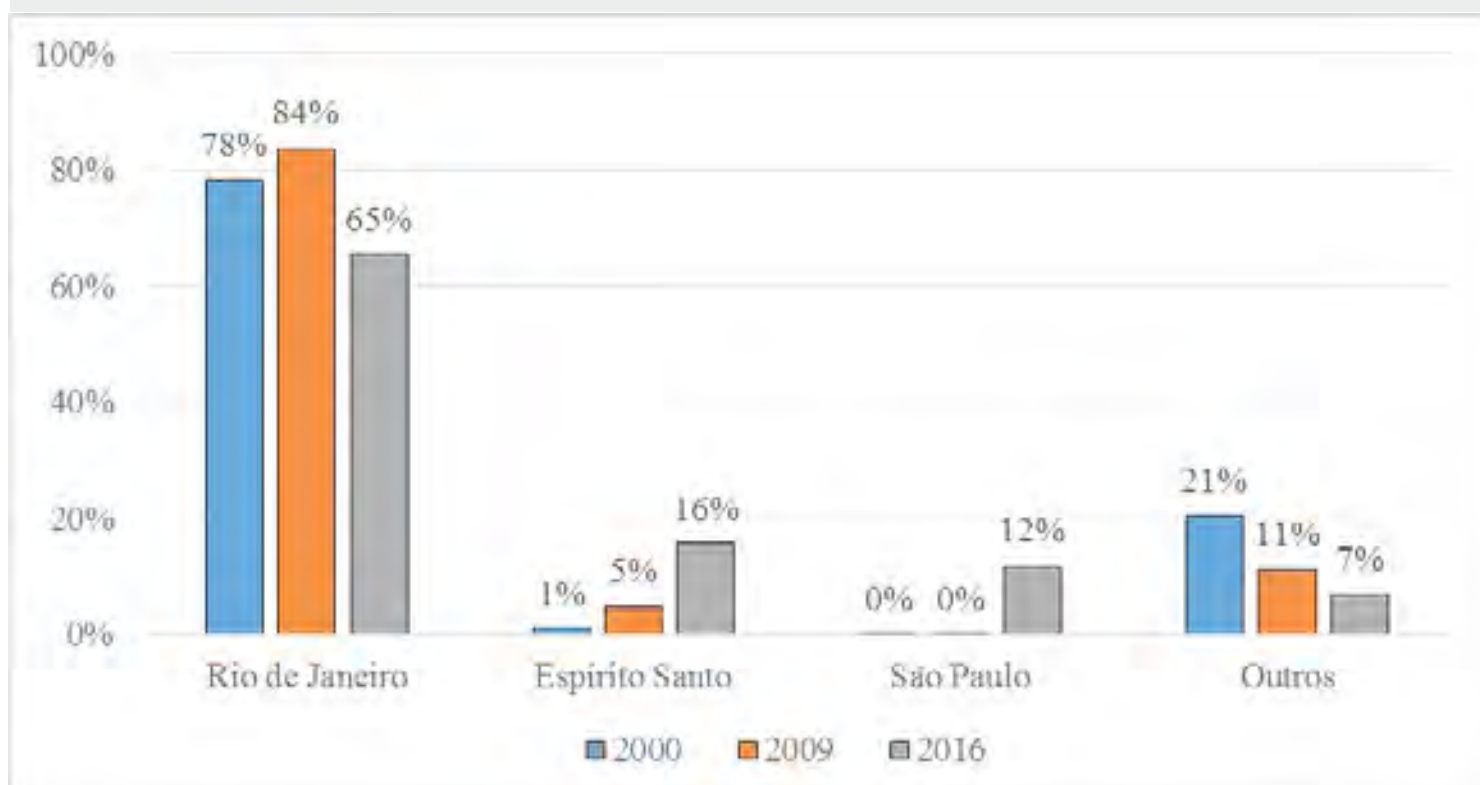
Este quadro evolutivo se deveu, em primeiro lugar, à descoberta de hidrocarbonetos na camada pré-sal anunciada em 2007. O início da produção de petróleo nesta nova província se deu a partir da exploração no ERJ, e sua evolução se estendeu e cresceu substancialmente, representando, atualmente, 47% da produção nacional (ANP, 2017). Geograficamente, a exploração foi se ampliando para além dos limites do ERJ, atingindo volume de extração significativo, em 2010, na região do pré-sal da Bacia de Santos, fronteira com o ESP, o que levou o estado a figurar entre os maiores produtores nacionais, contando ainda com maior participação governamental nas receitas compensatórias destinadas aos estados produtores.

GRÁFICO 1 - PRODUÇÃO ESTADUAL DE P&G NO BRASIL (2000-2016)



Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção, conforme o Decreto n.º 2.705/98.
Notas: Petróleo: óleo e condensado. Inclui o LGN (líquido de gás natural) separado nas Unidades de Processamento de Gás Natural.

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÕES ESTADUAIS NA PRODUÇÃO DE P&G NO BRASIL (2000-2016)



Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção, conforme o Decreto n.º 2.705/98.

Notas: Petróleo: óleo e condensado. Inclui o LGN (líquido de gás natural) separado nas Unidades de Processamento de Gás Natural.

3 - Distribuição das operadoras e fornecedoras de P&G e leilões ANP

Segundo dados de julho de 2017 da ANP, existem 33 empresas operadoras dentre as quais apenas uma tem sede em Pernambuco. As demais, ou seja, 97% das operadoras, têm suas matrizes no ERJ, não havendo sequer uma concessionária sediada no ESPⁱⁱ. Mas, de acordo com o cadastro qualificado de fornecedores de bens e serviços da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), em maio do mesmo ano, constavam 2.867 empresas distribuídas entre o ERJ (32,8%) e o ESP (32,4%), tendo menor representatividade o EES (8,6%) e os Estados de Minas Gerais (5,7%) e Bahia (4,4%).

De acordo com o calendário das próximas rodadas de leilões de blocos para exploração de P&G divulgado pela ANP, para este ano, foram previstos os seguintes leilões: 4ª rodada de licitações de áreas com acumulações maduras (realizado

em 11 de maio de 2017); 14ª rodada de blocos exploratórios em regime de concessão; e duas rodadas sob o regime de partilha de produção (2ª e 3ª rodadas do pré-sal). Há ainda previsão de novas rodadas em 2018 e 2019: duas do pré-sal (4ª e 5ª rodadas), duas de licitações para concessão (15ª e 16ª rodadas) e duas de campos marginais (5ª e 6ª rodadas)ⁱⁱⁱ.

Os resultados dos leilões e, mais ainda, o que ficar evidenciado, em termos das reservas identificadas em cada bloco e futuros campos a serem mapeados e explorados, indicarão a proeminência dos estados em termos de produção e a possibilidade de deslocamento do centro econômico do setor de P&G, do ponto de vista do *upstream* brasileiro, que, até o momento, tem o ERJ como estado central.

4 - Evolução das participações governamentais dos estados

Os estados, assim como a União e os municípios, vêm recebendo participações governamentais obrigatórias devidas pelas empresas concessionárias provenientes da extração de P&G desde a promulgação da Lei nº 9.478/1997 (com alterações dadas pela Lei nº 12.734/2012), com base nos contratos de concessão (e posteriormente também nos regimes de cessão onerosa e de partilha de produção) e como previsto nos editais de licitação: bônus de assinatura; royalties; e participação especial.

Os estudos citados neste artigo apontam que o ERJ vem sofrendo perda do tecido industrial nas últimas décadas, que ainda não se tornou mais dramática em razão da inflexão positiva do *upstream offshore*, que, em âmbito nacional, conferiu protagonismo ao estado no setor de P&G. A década de 2000 consolidou esta posição de liderança do ERJ mantida até a presente data. Contudo, os dados indicam que, apesar da produção de petróleo crescente ao longo das décadas de 2000 e 2010 (Gráfico 1), a participação relativa

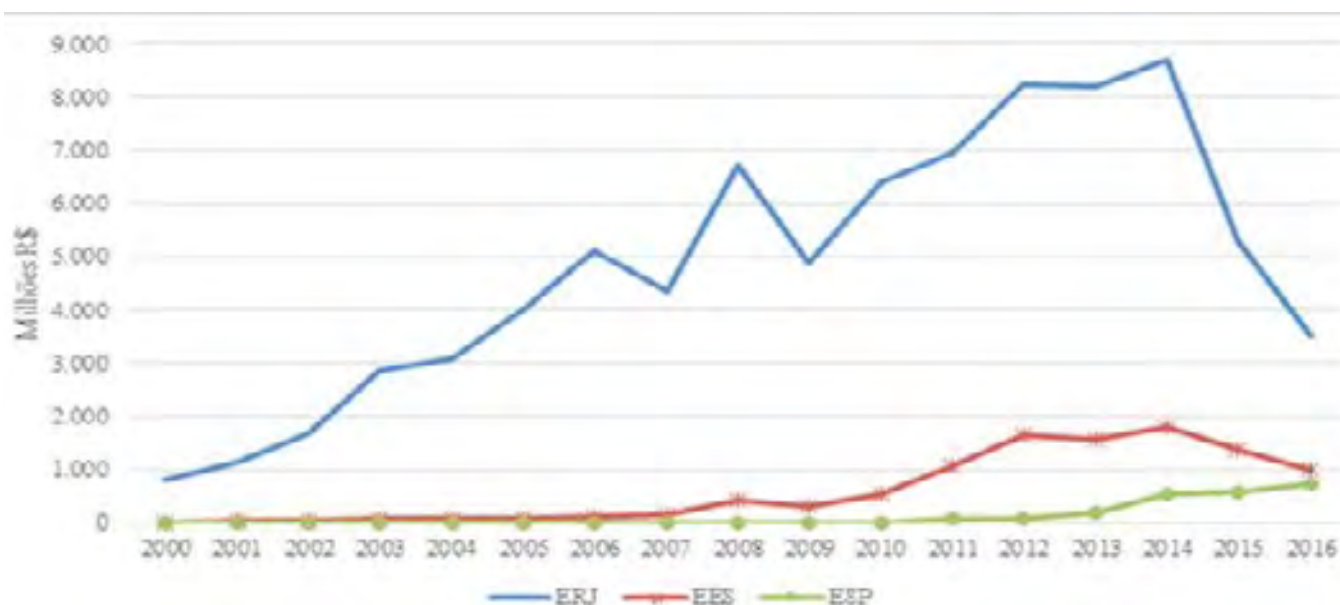
do ERJ na produção é declinante (Gráfico 2). Além disso, os Gráficos 3 e 4 evidenciam a perda monetária em participação governamental do estado.

Em termos absolutos, a perda se deu a partir de 2015 no ERJ, ainda que ela tenha ocorrido antes em termos relativos (Gráfico 4), ou seja, a partir de 2011. Este quadro foi potencializado, em primeiro lugar, pela grande ascensão do EES como estado produtor, com notável inflexão no patamar de produção em 2010, passando, em 2016, a responder por 16% da produção nacional. Neste mesmo ano, o ESP já começa a despontar como estado produtor, ainda que timidamente. O estado tem aumento

acentuado nos anos seguintes e, em 2013, se tornou o terceiro maior produtor nacional, com volume cinco vezes maior do que a produção em 2010. O estado alcançou 12% da produção do País em 2016.

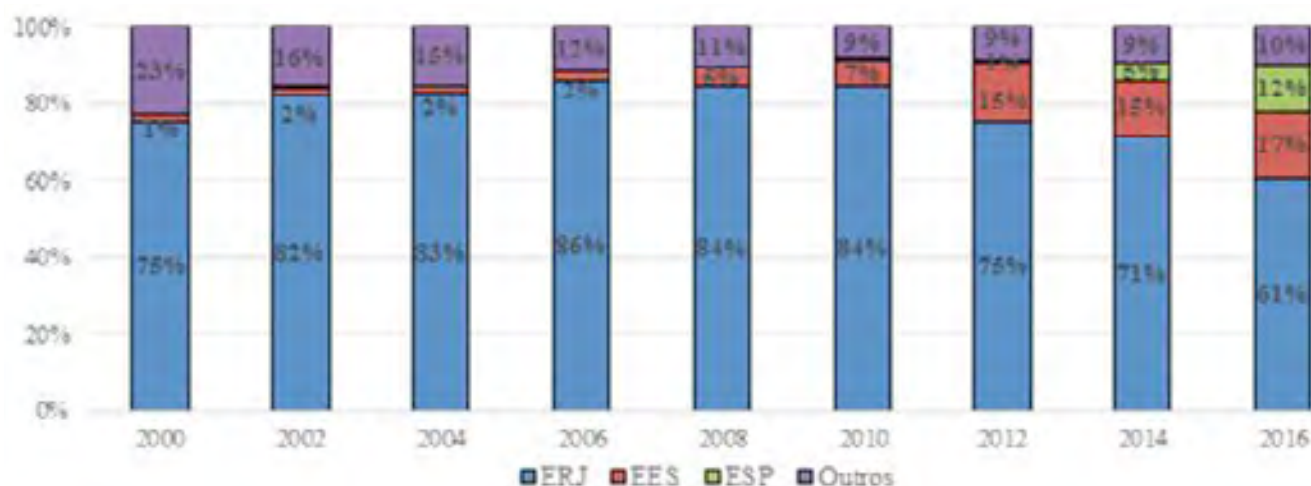
Verifica-se, então, que o ERJ perdeu 25 pontos percentuais em participações governamentais entre 2006 e 2016, enquanto o ESP obteve aumento de receitas em participações governamentais a partir de 2013, primeiro ano em que houve pagamento de participação especial ao estado e em que os *royalties* ultrapassaram R\$ 100 milhões, aproximando-se das receitas do EES em 2016.

GRÁFICO 3 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS PAGOS AO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO 2000-2010 (MILHÕES R\$ CORRENTES)



Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2009 (ANP, 2009; 2016).
Nota: Participações governamentais pagas aos governos estaduais (não inclui pagamentos aos municípios).

GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO DE RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO E SÃO PAULO NO RECEBIMENTO DE ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS PAGOS A UNIDADES DA FEDERAÇÃO (2000-2016)



Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2009 (ANP, 2009; 2016).

5 - Considerações finais

Os dados apresentados neste artigo, oriundos de várias fontes, mostram que o ERJ tem mantido sua posição histórica de principal *locus* da produção *offshore* de P&G do País ao concentrar não apenas grande parte das rendas provenientes das atividades de exploração, mas também as principais empresas operadoras e fornecedoras do setor. Não obstante, o crescimento exponencial recente da produção do ESP e do EES indica que tal protagonismo pode vir a ser contestado.

O que cabe destacar é que essa conjectura ganha relevância diante do cronograma aprovado para as novas rodadas de licitação confirmadas para o período 2017-2019, estando prevista a oferta de blocos em diversas bacias sedimentares do País, com destaque para Campos, Santos e Espírito Santo. Ademais, o ESP já dispõe de um número semelhante ao ERJ de empresas fornecedoras da cadeia de

P&G, além da disposição manifesta pelo atual governo de incentivar esta importante indústria. Tudo isso pode indicar que a ascensão paulista está apenas no início.

Com efeito, o pré-sal constitui um novo paradigma tecnológico, confirmando a literatura no que tange à forte concorrência entre empresas e países. O Brasil possui um grande potencial a ser explorado, de modo que os resultados dos próximos leilões e os futuros campos a serem mapeados e explorados irão indicar a proeminência dos estados em termos de produção e centro econômico do setor de P&G. A importância geopolítica do setor e o seu papel no desenvolvimento econômico nacional e regional ratificam a oportunidade do debate sobre um projeto nacional que oriente a obtenção de vantagens competitivas sistêmicas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2009**. [Anuário]. ANP, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2009.

_____. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2016**. [Anuário]. ANP, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2016.

_____. **Oportunidades no setor de petróleo e gás natural no Brasil - rodadas de Licitações 2017-2019**. [Boletim]. ANP, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, junho 2017.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, p. 729-747, 2012.

BRITO, F. S. R.; GUALBERTO, A. R. & SILVA NETO, R. Impactos iniciais da crise do petróleo de 2014 nos municípios do circuito espacial do petróleo do estado do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017 - XVII ENANPUR, **Anais...** São Paulo, SP, Brasil, 2017. p. 1-19.

CEDRO, R. C. A estratégia do pré-sal como política de desenvolvimento nacional. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 14, p. 105-117, 2014.

CRUZ, J. L. V. Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e

territorial da Região Fluminense do Extrativismo Petrolífero. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 9, p. 49-67, 2016.

FRISCHTAK, C. R. & BELLUZZO, L. G. M. Produção de commodities e desenvolvimento econômico: uma introdução. In: BELLUZZO, L. G. M.; FRISCHTAK, C. R. & LAPLANE, M. (Orgs.). **Produção de commodities e desenvolvimento econômico**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2014, p. 9-20.

HASENCLEVER, L.; CAVALIERI, H.; TORRES, R. & MENDES, H. Especialização produtiva: potenciais e desafios para o estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 9, p. 11-23, 2016.

MELO, H. P. & OLIVEIRA, A. Café e petróleo: um paralelo histórico. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 7, p. 91-104, 2015.

SILVA, R. D. Royalties e desenvolvimento regional: uma reflexão sobre os desafios do Rio de Janeiro. In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. & BRANDÃO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro Ipea, 2017, p. 347-366.

SOBRAL, B. L. B. A evidência da estrutura produtiva oca: o estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. & BRANDÃO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017, p. 397-426.

YERGIN, D. **O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo Paz e Terra, 2010.

NOTAS

i - Durante pronunciamento, na abertura da Feira Internacional de Máquinas e Automação Industrial, o governador de São Paulo comparou a cidade brasileira com a capital dos Emirados Árabes, devido ao crescimento da produção de P&G no Pré-Sal - 46% em um ano na Bacia de Santos. Disponível em: <http://www.cimm.com.br/portal/noticia/e_exibir_noticia/15562-setor-de-oleo-e-gas-e-destaque-da-abimaq-durante-expomaf>. Acesso em 17 jun. 2017.

ii - A Planilha ANP de concessionários de contratos. Disponível em:

< <http://www.anp.gov.br/wwwanp/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/gestao-de-contratos-de-e-p/dados-de-e-p>>. Acesso em 13 jun. 2017.

iii - Fontes: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/noticias/anp-e-p/3752-4-rodada-de-acumulacoes-maduras-arrecada-quase-r-8-milhoes-em-bonus-de-assinatura>> e <http://www.brasil-rounds.gov.br/Round4_AM/portugues_R4AM/setores.asp> e <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/noticias/3815-diretor-geral-da-anp-apresenta-oportunidades-no-brasil-a-investidores-russos>>. Acesso em 21 jun. 2017.

VESTIBULAR 2018
INSCRIÇÕES ABERTAS

SEM
DÚVIDA,

a Candido é a melhor escolha!

Royalties no fomento à pesquisa do setor do petróleo e gás natural – O caso do IEE/USP (1999-2012)

ROYALTIES IN THE PROMOTION OF RESEARCH IN THE OIL AND NATURAL GAS SECTOR - THE CASE OF THE IEE / USP (1999-2012)

Resumo:

O objetivo deste artigo é apresentar a pesquisa científica na formação do conhecimento técnico com base em um programa de fomento sustentado com recursos disponibilizados pela indústria energética, o Programa de Recursos Humanos (PRH) da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Tal programa compatibiliza-se com sua atuação educativa e de inovação usando recursos financeiros dos fundos recolhidos dos ganhos da exploração, ou seja, dos royalties do petróleo e do gás natural. Muito além da titulação no grau científico na área de energia e da formação técnica de pessoal capacitado para inovação no mercado do petróleo e gás natural, o programa é importante instrumento de intercâmbio entre a Universidade e as indústrias visando à expansão da cadeia produtiva do petróleo e gás natural, em um momento em que a ampliação das reservas fósseis do País cresce e demanda capacitação técnica para novos empregos esperados para os próximos anos.

Palavras-chave: fomento à pesquisa; gás natural; capacitação técnica.

Abstract:

The objective of this paper is to present a scientific research in the technical knowledge development based on a development program supported by funds from the energy industry, the Human Resources Program (PRH) of the National Agency for Petroleum, Natural Gas and Biofuels (ANP). This program is related to its educational and innovation activities using financial resources from oil and natural gas exploration, in other words, from oil and natural gas royalties. Far beyond scientific degree in the energy field and technical training of qualified personnel for innovation in the oil and natural gas field, this program is an important source of exchange between universities and industries for the increase in the oil and natural gas production chain, at a time in which the expansion of fossil fuel reserves of the country grows and demands technical training for new jobs expected in years to come.

Keywords: research funding; natural gas; technical training.

Miguel Edgar Morales Udaeta

Pesquisador Visitante no PRH04- ANP IEE USP no período 2003-2011. Engenheiro Elétrico, Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Engenharia de Energia e Automação Elétrica pela Poli/USP. Atualmente Professor Poli/USP.

Vanessa Meloni Massara

Bolsista de Doutorado no PRH04 ANP IEE USP no período 2003-2007. Engenheira civil, Mestre em Engenharia Civil pela Poli/USP, Doutora em Energia pelo IEE/USP e Pós-Doutora em Engenharia de Produção pela Poli/USP. Atualmente Engenheira Civil e Pesquisadora Adjunta Poli/USP. vmmassara@usp.br

Introdução

O Brasil, no contexto da América do Sul, se destaca por ter o maior orçamento em pesquisa e desenvolvimento e um modelo programático e organizado tanto na formação como na pesquisa para inovação com fundos especificamente dedicados a esse fim. Existem, atualmente, inúmeras instituições, agências, centros, órgãos governamentais e até mesmo empresas privadas que se dedicam ao fomento da pesquisa. Um exemplo marcante é a Petrobras que, além das obrigações impostas por lei, investe em pesquisa e inovação de forma consistente e sinérgica ao desenvolvimento do País (DIAS E SOUZA, 2004).

Quanto aos organismos de governo que fomentam pesquisa, podemos citar: CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) por meio de Fundos Setoriais, como o CTPetro (Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural), e o CTenerg, Fundo Setorial de Energia e, também, agências de fomento estaduais, como a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que dedicam fundos visando o desenvolvimento pontual de cada estado. Existem, também, outros fundos vinculados aos ministérios, como o MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações). No caso privado, deve ser ressaltado que existem também os fundos vinculados aos contratos de concessão, operados mediante agências, tais como a Agência

Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a ANP.

Nessa linha de ação, foi criado, em 1999, o programa de recursos humanos da ANP, que administra recursos dentro dos fundos do setor energético, definidos a partir da indústria do petróleo. Esse programa é formalmente conhecido pela sigla PRH-ANP/MME/MCT (Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). O PRH-ANP vincula a destinação de recursos a unidades de ensino superior para outorga de bolsas de estudos e uma respectiva reserva técnica para operação e manutenção dessas bolsas.

O programa de formação de quadros especializados no setor energético dos hidrocarbonetos teve início em uma época na qual prevalecia uma proposta de orientação de mercado competitivo e de estado menos empresarial (bem no final da década de 1990). O marco regulatório do setor do petróleo no Brasil, definido entre 1996 e 1999 (tendo como exemplo de maior relevância a Lei do Petróleo de 1997), surgiu para direcionar o setor nos seus aspectos operacionais, garantindo a continuidade dos sucessos exploratórios e tecnológicos da Petrobras e incrementando sua capacidade e autonomia de atuação, considerando a importância de criar e fomentar uma indústria nacional de fornecedores e, também, de admitir que parte dos pagamentos que a indústria recolhesse aos cofres públicos, em função de suas operações

e resultados, fosse dedicada ao apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à formação de profissionais especializados (UDAETA et al, 2010).

Assim sendo, a questão da formação de recursos humanos e a valorização profissional adequada ao estado presente e futuro da indústria energética em geral, e a dos hidrocarbonetos em particular (PETROBRAS, 2006), é um desafio

O programa de recursos humanos da ANP no período 1999-2012

O PRH-ANP foi desenvolvido em parceria com os Ministérios de Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia. Foi lançado em 15 de março de 1999, quando passou a integrar o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural, financiado pelos royalties do setor. No período 1999-2012, foram consolidados 46 programas de nível superior, em 28 instituições de 16 estados.

A duração das bolsas destinadas à graduação, intituladas iniciação científica, no período de análise, é de 24 meses. As bolsas de mestrado também têm duração de 24 meses. No doutorado, o prazo máximo é de 48 meses, divididos em duas etapas: doutorado I, que vai até a qualificação, e doutorado II, período da qualificação até a defesa da tese, computando um prazo total de 48 meses.

As bolsas estabelecidas para o Professor Coordenador e o Pesquisador Visitante também têm duração máxima de 48 meses. O objetivo da bolsa de coordenador é o de organizar e auxiliar a pesquisa sobre a demanda por recursos humanos na área de especialização do programa e a possibilidade de inserção dos egressos desse mesmo programa no mercado de trabalho (ANP, 2013).

A Bolsa de Pesquisador Visitante (também conhecida como Bolsa de Professor Visitante) visa incentivar a pesquisa sobre novas tecnologias no setor de petróleo e gás, para identificar necessidades de correções curriculares ou oportunidades de novos cursos de capacitação de recursos humanos para o setor, além de se caracterizar como sendo de dedicação exclusiva para a realização da pesquisa científica dos bolsistas de um determinado programa (ANP, 2013).

O recurso financeiro do PRH tem origem em políticas de inovação e pesquisa na educação superior adotadas no Brasil, correspondentes à parcela dos royalties derivados da exploração comercial do petróleo, entregues pelas petrolíferas atuantes no território brasileiroⁱ. É bom mencionar que esses

royalties são somente àqueles destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, no contexto da Lei 9478, de agosto de 1997 (ANP, 2010).

Essa parcela é administrada pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. Assim sendo, a FINEP tem o papel de Secretária Executiva desses recursos, seguindo as normas de aplicação em concordância com as Diretrizes Gerais do Plano Plurianual de Investimentos inserido no Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural (conhecida no Brasil pela sigla CTPETRO).

A seguir, os recursos financeiros são repassados então para a entidade responsável legalmente, a ANP, mediante Convênio Institucional estabelecido entre as partes (isto é, entre a FINEP e a ANP).

Por fim, a ANP regulamenta monitora e avalia o uso desses recursos (PETROBRAS, 2006), em forma de bolsas e respectivas taxas de bancada para os Pires em todo o País (sendo que um deles é o PRHO4, objeto deste trabalho).

Cada universidade desenvolve seu PRH segundo as linhas de pesquisa já implementadas em sua grade curricular. Esses campos de atuação englobam um variado hall de especificidades que consideram diferentes áreas da Engenharia (Química, Civil, Naval, Mecânica, Elétrica e Ambiental) e do Direito, considerando tecnologias de exploração, produção e refino de petróleo, processamento de gás natural e biocombustíveis, transporte, distribuição, disponibilidade de energia, usos e impactos sociais e no meio ambiente, regulação, economia e política da energia.

Neste texto, será abordado o PRHO4, no período 1999-2012, sediado na Universidade de São Paulo, que concentra suas atividades na área do gás natural (UDAETA et al, 2010; 2012; BRET-ROUZOUT et al, 2011).

da pesquisa científica dentro da USP disponibilizando bolsas de IC, ME e DO.

Os grandes campos de aplicação da pesquisa e de conhecimento do PRHO4 são:

- Economia da energia / Regulação / Planejamento: refere-se à análise econômica da energia e à regulação da produção, transporte e da distribuição do gás natural e dos biocombustíveis;
- Infraestrutura / Desenvolvimento: trata da infraestrutura e do desenvolvimento para a expansão das reservas, do transporte e da distribuição do gás natural e dos biocombustíveis;

Caracterização do PHR04 (1999-2012)

O PRHO4 é um dos programas de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, cujo número identificador é o 4, com convênio assinado entre a Universidade de São Paulo e a ANP, desde o ano 2000. Esse programa foi sediado no Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (IEE/USP), dentro do chamado Programa de Pós-Graduação em Energia (PPGE)ⁱⁱ, inicialmente para a concessão de bolsas de mestrado (ME) e de doutorado (DO).

Somente a partir de 2004 é que foram incorporadas bolsas para a graduação, no nível de iniciação científica (IC), estágio em que o PRHO4 completa a cadeia integral

- Gás natural / Biocombustíveis: compreende analítica e experimentalmente as energias primárias e finais no contexto dos usos do gás natural e dos biocombustíveis;
- Energia e meio ambiente e sociedade: refere-se à pesquisa científica aplicada à energia e ao meio ambiente, incluindo o ciclo de vida na cadeia produtiva do gás natural e dos biocombustíveis.

A FIGURA 1 APRESENTA O NÚMERO DE FORMANDOS NO PRHO4 POR ÁREA DE PESQUISA DE 2000 A 2011

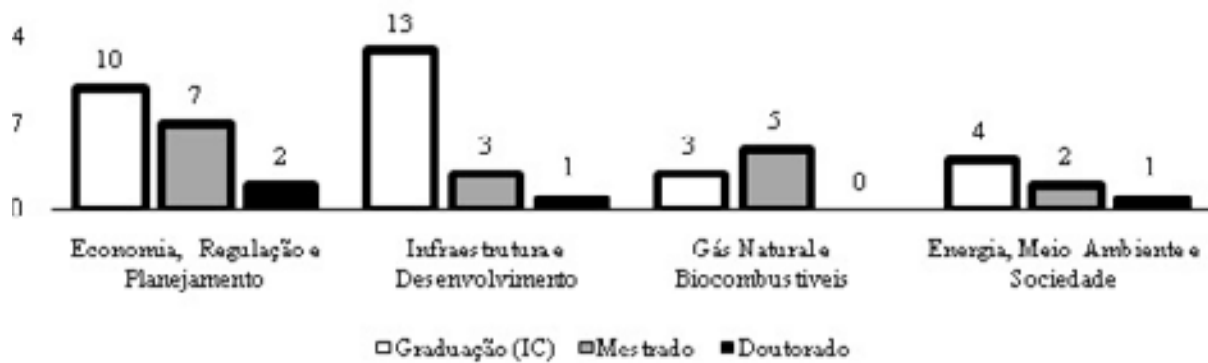


Figura 1. Quadro de Formandos na Especialidade do PRHO4 no período 2000-2011. Elaboração própria/dados não oficiais.

O trabalho do PRHO4 ganhou impulso e reconhecimento por meio de parcerias para o desenvolvimento de projetos de pesquisa com a participação dos pesquisadores bolsistas do programa. Alguns desses projetos são:

- Os novos instrumentos de planejamento energético regional visando o desenvolvimento sustentável (financiado pela FAPESP);
- O modelamento do método para o uso sistêmico, sustentável e viável de gás natural na Bolívia incluindo o aproveitamento no Brasil (financiado pela FAPESP);
- A capacitação de profissionais no tema: aquecimento de água - sistema elétrico versus gás natural, nas edificações residenciais (financiado pela CSPE/ Compa-

nhia de distribuição de gás natural da cidade de São Paulo - Companhia de Gás - Comgás);

- A ação da Petrobras no setor de geração termoelétrica, a GN no Brasil (financiado pela PETROBRAS);
- A Cátedra do Gás, um projeto de Pesquisa & Desenvolvimento em parceria com a Comgás;
- A elaboração de estudos energéticos e a possibilidade de incremento da participação do GN e de fontes alternativas na matriz energético do Estado do Rio Grande do Norte (financiado pela PETROBRAS);
- O convênio com a USP para organização e implementação de programa de Pós-Graduação (USP/ Universidad Mayor de San Simón - na Bolívia).

Considerações Finais

Conclui-se que, quando observada a especificidade geográfica relativa ao Estado de São Paulo (ao qual pertence a USP e, portanto, o PRHO4), pela inclusão das reservas da Baía de Santos e do Pré-Sal, ou pela consolidação do Gasoduto Brasil-Bolívia, há evidências reais de que, nos próximos anos, o mercado de energia irá se expandir e deverá apresentar grandes oportunidades para profissionais com boa formação básica e com diversos graus de especialização.

Enfim, sendo a indústria de gás natural e dos biocombustí-

veis parte inerente da indústria energética, também demanda profissionais com conhecimentos da área de energia como um todo, com capacidade de analisar comparativamente os diferenciais energéticos em termos tecnológicos, de impactos socioambientais e de mercado. Nesse sentido, conclui-se, de forma passiva, que o PRH como um todo e o PRHO4, em particular (por estar sinergicamente ligado a um programa de pós-graduação em energia), atingem suas metas de forma bem-sucedida no caso do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS. **Revista ANP 10 anos**. Rio de Janeiro: ANP, 2010.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS. **Tipos de Bolsas do PRH-ANP**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- BRET-ROUZAUT, N.; FAVENNEC, J.; MOUTINHO DOS SANTOS, E. **Petróleo e Gás Como produzir e a que custo**. Rio de Janeiro: Synergia Editora, 2011.
- DIAS E SOUZA, C. A. **Petróleo no Brasil: três ensaios sobre a Petrobras. E-papers**,

1-12, 2004.

PETROBRAS. **Plano de Negócios 2007-2011**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2006.

UDAETA, M. E. M.; GRIMONI, J. A. B.; BURANI, G. F.; RIGOLIN, P. H. C.; MASSARA, V. M. **Fundamentos e Introdução à Cadeia Produtiva do Gás Natural**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2010.

UDAETA, M. E. M.; BURANI, G. F.; GRIMONI, J. A. B.; MASSARA, V.M.. Brazilian public policies of R&D programs for knowledge and human resources production. In: **W. Aung, et al.. (Org.) Innovations: 2012 - World Innovations in Engineering Education and Research**. Potomac: iNEER, 2012. v. 1. pp. 355-363.

NOTAS

i - Ver "Lei do Petróleo" - Seção VI: Das Participações.

ii - Denominação no período de estudo. Atualmente, o IEE é denominado de Instituto de Energia e Ambiente.

Planejamento urbano pós-royalties: reflexões para a revisão do Plano Diretor de Campos dos Goytacazes - RJ

POST ROYALTIES URBAN PLANNING: THINKING ON THE REVIEW OF THE MASTER PLAN OF CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ, BRAZIL

Resumo:

O Município de Campos dos Goytacazes, em função do volume de rendas petrolíferas recebidas na última década, pouco se preocupou com questões que pudessem gerar desenvolvimento econômico e social sustentável. O planejamento urbano, por meio do Plano Diretor e seus instrumentos, possui potencial para gerar desenvolvimento mitigando a dependência histórica dessas rendas. Dessa forma, o presente artigo traz reflexões sobre aspectos para a revisão do Plano Diretor em Campos dos Goytacazes, RJ. A metodologia utilizada tem como base a revisão bibliográfica da literatura e a análise do Plano Diretor, com a utilização de mapas e imagens de satélite. Foi observado, neste estudo, que a cidade necessita de maior tratamento urbanístico e ambiental para que possa proporcionar maior qualidade de vida para seus habitantes, requisito fundamental para que a cidade cumpra sua função social. A revisão do Plano Diretor poderá proporcionar mais áreas públicas para a população, com efetiva proteção e valorização das áreas de interesse ambiental e criação de parques urbanos, trazendo mais qualidade de vida, desenvolvimento social e econômico para o município.

Palavras-chave: Planejamento urbanístico; Qualidade de vida; Parques urbanos; Espaços públicos.

Abstract:

The municipality of Campos dos Goytacazes little concerned with what could generate sustainable economic and social development due to the volume of oil revenues received in the last decade. The urban planning can develop the city by mitigating the historical dependence on revenues by means of the Master Plan and its instruments. Therefore, the present article thinks of aspects to review the Master Plan of Campos dos Goytacazes, RJ. The methodology was based on the bibliographical review of the literature and the analysis of the Master Plan, using maps and satellite images. We observed that the city needs more urban and environmental care to provide a better life quality, which is essential to fulfill its core role. The Master Plan review may provide more public areas for the population, protecting and enhancing areas of environmental interest, and creating urban parks. That intends to bring more life quality, and social and economic development in the municipality

Keywords: Urban planning; Life quality; Urban parks; Public areas.

Ronaldo de Sousa Araújo

Arquiteto, Mestre em Gestão Urbanística, Doutor em Gestão e Valoração Urbana pela Universitat Politècnica de Catalunya, Pós-Doutor em Gestão de Recursos Hídricos pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa (IST) e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Zélia Maria Peixoto Chrispim

Engenheira Civil, Mestra em Geotecnia / Geológico-Geotécnica e Doutora em Geotecnia Ambiental pela UENF.

Rodrigo Anido Lira

Administrador, Mestre em Cognição e Linguagem e Doutor em Sociologia Política pela UENF.
E-mail de contato: rodrigoanidolira@gmail.com

Introdução

Campos dos Goytacazes é a cidade de maior influência na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Uma cidade-polo que tem fortes relações com os municípios vizinhos, especialmente em relação a serviço e comércio. Atualmente, o município é considerado um polo regional de educação superior. De 1999 a 2016, Campos recebeu mais de 13 bilhões (valores correntes) em rendas da exploração do petróleo (INFOROYALTIES, 2017), tornando-se um município "sui generis" frente a outros entes da federação que dependem, em grande maioria, de repasses federais. No entanto, todo esse potencial não se reverteu em investimentos que proporcionassem justiça intergeracional (LIRA, 2012). A partir do ano de 2016, com a diminuição dos repasses dos royalties, o município passou a enfrentar grave crise financeira e necessita de alternativas de desenvolvimento. O planejamento urbano, por meio do Plano Diretor e seus instrumentos, se apresenta como uma das alternativas pela possibilidade de promoção de projetos urbanísticos que valorizem as áreas ambientais, contemplem o social e proporcionem novas áreas de investimentos, com qualidade de vida para a população.

A Constituição Federal brasileira, em seus artigos 182 e 183 (BRASIL, 1988), que dispõem sobre a política urbana, definiu

como obrigatória a realização do Plano Diretor. O Estatuto da Cidade, que regulamentou a Política Urbana da Constituição Federal, determinou que o Plano Diretor deve ser revisto a cada 10 anos. O Município de Campos dos Goytacazes aprovou seu Plano Diretor no ano de 2008, portanto, de acordo com a lei federal, deverá realizar sua revisão até 2018.

A revisão do Plano Diretor acarretará modificações no planejamento urbanístico (ARAÚJO, 2010). Essas mudanças deverão observar as disposições da legislação relacionada (federal, estadual e municipal). Em relação à legislação federal, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), Lei nº 10.257/2001, tem as principais disposições a serem observadas. O Estatuto define parâmetros e instrumentos a serem incorporados pelos Planos Diretores municipais.

Além da legislação, a revisão de um plano diretor deve estar atenta à realidade local. Vale lembrar que o plano diretor abrange os mais diversos aspectos relacionados ao município, tais como: físico-espaciais, socioeconômicos, ambientais entre outros. Além das diretrizes gerais do plano, deverão ser revistas todas as suas leis complementares, especialmente: Lei de Zoneamento do Uso do Solo, Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, Código de Posturas Municipais e Código de Obras.

Atualmente, além do Plano Diretor e das leis complementares, os chamados Planos Setoriais são fundamentais para os municípios: Plano de Transporte e Mobilidade, Plano de Saneamento, Plano de Habitação, Plano de Educação, Plano de Saúde entre outros. Em Campos, esses planos precisam ser efetivados.

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho tem como base a revisão bibliográfica da literatura e a análise do Plano Diretor, com a utilização de mapas e imagens de satélite. Para a localização da área de estudo, foram utilizados AutoCAD 2015 e Google Earth Pro 2016.

1 - Fundamentos do Plano Diretor

1.1 - Conceituação

O Plano Diretor, que no Brasil é aprovado em forma de lei, tem importância fundamental para os municípios, mas ainda é pouco conhecido pela população. É considerado a segunda lei mais importante do município, sendo a Lei Orgânica a primeira.

(...) o programa técnico-político-legal fixador das diretrizes para o desenvolvimento e expansão urbana, louvado em fatores humanos e socioeconômicos, visando assegurar a ordenação disciplinada da cidade e a boa qualidade de vida dos seus habitantes. (ACKEL FILHO, 1992, p. 258)

1.2 - Etapas de elaboração e/ou revisão

Das etapas do Plano Diretor, Ferrari (1977) já citava duas básicas. A primeira etapa, a elaboração, que envolve: pesquisa; análise; diagnóstico; prognóstico; plano básico; e programação. E a segunda compreende: execução; controle e fiscalização; e avaliação, revisão e atualização.

1.3 - Contexto

O Brasil estabeleceu uma Política Urbana na Constituição

Federal e regulamentou essa política com a Lei nº 10.257/2001 denominada Estatuto da Cidade. Com a obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor, para as cidades com mais de 20.000 habitantes, houve um grande número de planos aprovados nos últimos anos que agora passam por um processo de revisão, o qual precisa levar em conta os resultados alcançados com os planos, confrontando com a realidade atual do município e com o contexto global.

Além da absorção da política urbana estabelecida na Constituição Federal, os planos diretores deverão observar conceitos e parâmetros mundiais. A Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável - Habitat III, realizada em 2016, estabeleceu uma Nova Agenda (United Nations, 2016) para as cidades em todo o mundo e definiu que sua implementação significa: Legislação Urbana, Planejamento e Desenho Urbano e Finanças Municipais (<https://www2.habitat3.org/the-new-urban-agenda>).

Esses propósitos estão alinhados à ideia de projetos de reestruturação urbana; requalificação de áreas já urbanizadas proporcionando qualidade urbanística e ambiental, assim como ganhos sociais e econômicos. Outro aspecto importante é a utilização do conhecimento das valorações urbanas, valor de uso (social) e valor de troca (mercado) (Roca Cladera, 1988). No Brasil, o instrumento de gestão Operação Urbana Consorciada pode se adequar à Nova Agenda Urbana da ONU. Há que se realizar políticas habitacionais em áreas mais centrais.

2 - O Plano Diretor de Campos dos Goytacazes

No processo de revisão do Plano Diretor de Campos dos Goytacazes, todos esses aspectos até agora citados deverão ser observados. É uma importante oportunidade para se analisar, discutir e definir diretrizes para os próximos dez anos. Como é a revisão de um plano, deve-se avaliar o que tem que permanecer e o que precisa ser modificado no Plano Diretor em vigor.

O aspecto multidisciplinar do Plano Diretor é outra importante característica a ser trabalhada. Deverão participar do processo de revisão os mais diversos setores da sociedade. Será importante que se abram canais de comunicação direta com a sociedade, além da participação dos setores organizados, técnicos e acadêmicos do município.

De uma forma ampla, é importante a reflexão sobre qual o modelo de cidade que se quer para Campos dos Goytacazes. O planejamento urbano planeja cidades ordenadas, assim, é importante buscar soluções para algumas questões que se apresentam no contexto atual. Um grande desafio é tratar os temas urbanos de forma integrada, considerando suas particularidades. Alguns dos temas serão abordados neste artigo.

2.1. Uso e ocupação do solo

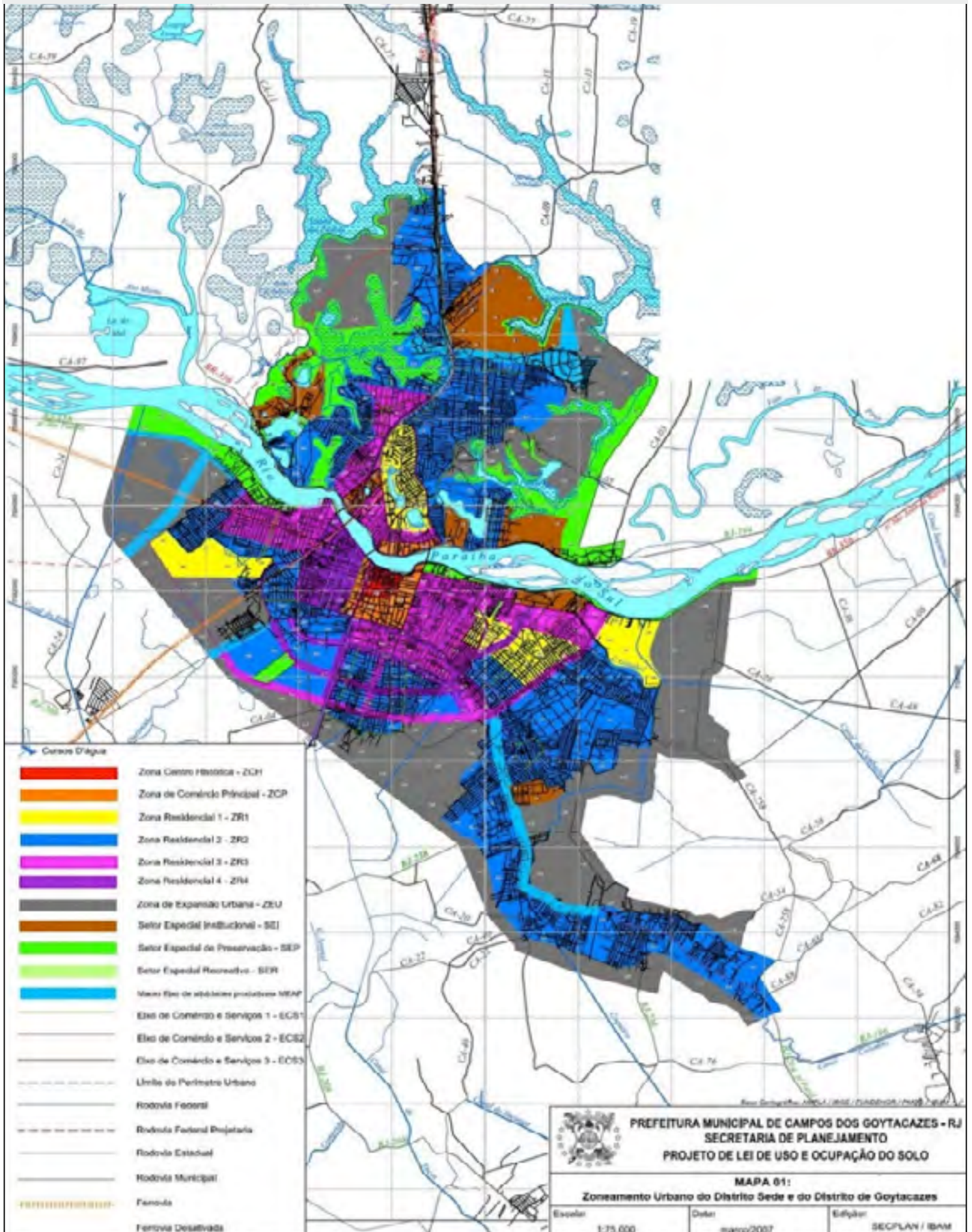
As diretrizes de uso e ocupação do solo elaboradas pelo Plano Diretor de Campos dos Goytacazes estão expressas na Lei nº 7.974/2008 e no Mapa 01.

Ao longo do tempo, o uso e a ocupação do solo de Campos imprimiram algumas características, que podem servir de parâmetro para discussão de futuro. Podemos citar alguns exemplos, como o aterramento de lagoas e a ocupação das margens de outras; o adensamento construtivo, que contribuiu com a destruição do patrimônio histórico, como exemplo, a composição arquitetônica e urbanística no entorno da Praça São Salvador; a supressão de vegetação nas margens dos recursos hídricos e na cidade; e o desaparecimento de praças para o lazer da população.

2.2. Meio ambiente

No processo de uso e ocupação do solo de Campos dos

FIG. 1. MAPA DO ZONEAMENTO URBANO DO DISTRITO-SEDE E DO DISTRITO DE GOYTACAZES



Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - RJ

Goytacazes, as áreas de interesse ambiental foram bastante penalizadas. No Mapa 01, de Zoneamento, pode-se observar que, do lado esquerdo do Rio Paraíba do Sul, existem muito mais áreas verdes (Setor Especial de Preservação) que do lado direito. A vegetação nativa da cidade foi bastante devastada; muitas lagoas tiveram suas margens ocupadas e outras foram totalmente aterradas. Na Fig.2, pode-se observar as várias lagoas na margem esquerda do Rio Paraíba, do que desapareceram com o tempo.

As praças da cidade de Campos dos Goytacazes também foram bastante penalizadas neste processo de uso e de ocupação do solo. Ao longo do tempo, muitas delas desapareceram, deixando vários bairros carentes destas áreas públicas (Araújo & Aguirre, 2013). Nas Figs. 3 e 4, verifica-se que a praça do Parque Eldorado, que estava prevista no projeto de urbanismo, desapareceu para dar lugar a construções.

Campos é uma cidade carente de parques urbanos. As áreas designadas como Setor Especial de Preservação - SEP, Mapa 01 - Zoneamento Urbano, são ideais para serem transformadas em parques urbano-ambientais, entretanto, necessitam de proteção urbanística e tratamento paisagístico.

A área destinada ao SEP, na Avenida Arthur Bernardes, é um exemplo da necessidade de projetos urbanístico e paisagístico.

É importante a construção de vias que protejam o parque e a definição de um paisagismo para o lazer da população e a qualidade ambiental da cidade.

A área do Setor Especial de Preservação, na Avenida Arthur Bernardes, encontra-se totalmente desmatada (Fig. 6). Um projeto de paisagismo deverá propor o plantio de vegetação de forma planejada, proporcionando áreas de maior e menor densidade de vegetação.

O lado esquerdo do Rio Paraíba do Sul (Fig.7), também conhecido como lado de Guarus, é uma região de enorme potencial urbanístico e paisagístico, conseqüentemente, com grande potencial imobiliário. É uma localidade que ainda dispõe de várias lagoas, mas que estão pouco aproveitadas no contexto urbano. Faz-se necessária a liberação das margens destes recursos hídricos e o devido tratamento urbanístico e paisagístico a fim de transformar estas áreas em locais de desenvolvimento econômico-social-ambiental para a cidade de Campos. Programas habitacionais são importantes para permitir a inclusão social.

O equilíbrio ecológico depende da preservação sustentável dos recursos naturais. A vegetação e a água estão integrados neste processo. Os recursos hídricos dependem da vegetação e vice-versa. Assim, o plano diretor tem papel

FIG. 2. PLANTA DE 1926, ELABORADA POR SATURNINO DE BRITO, COM EDIÇÃO DE SOFFIATI, 2015



FIG. 3. PRAÇA NO PROJETO DO BAIRRO PARQUE ELDORADO



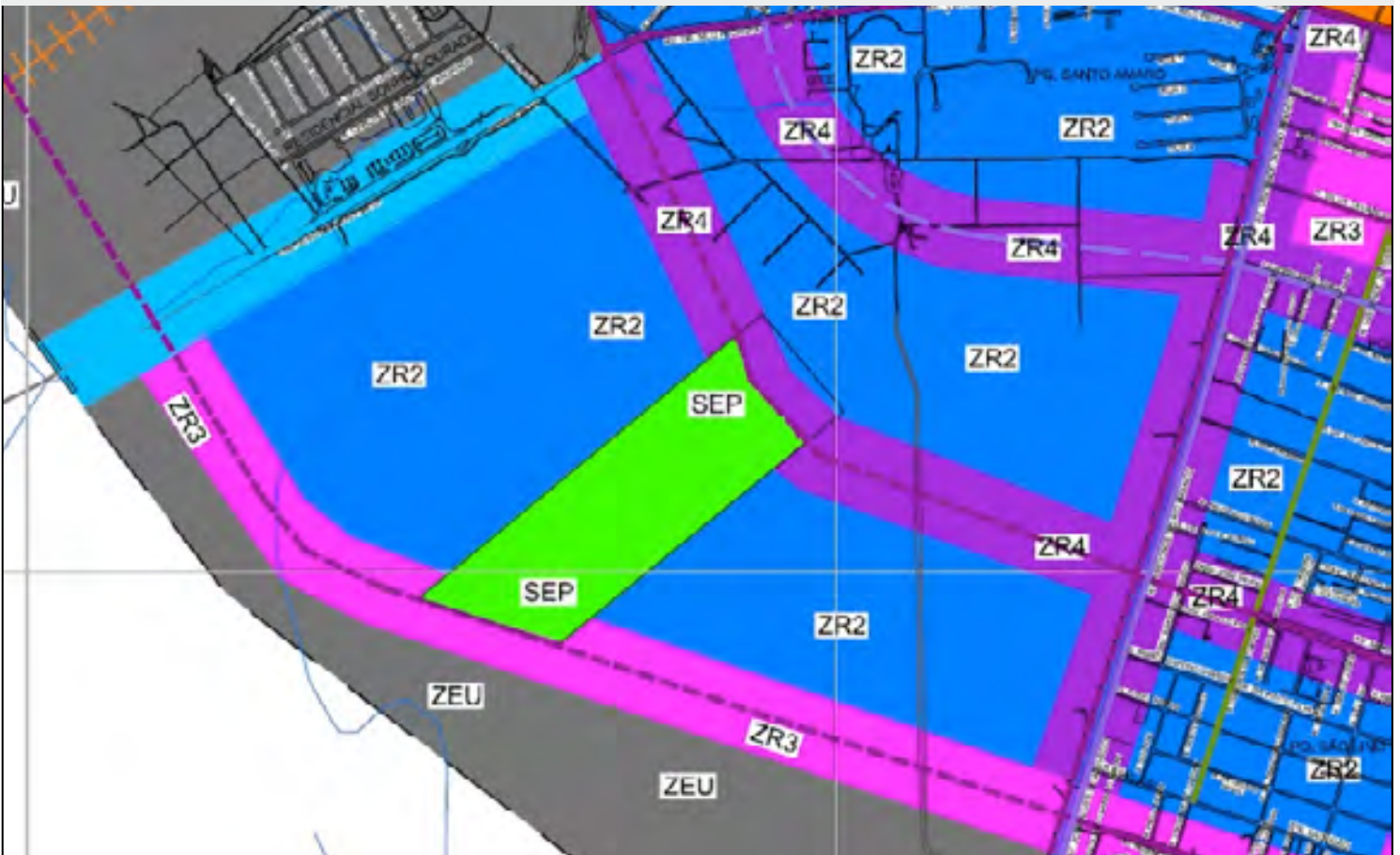
Fonte: Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

FIG. 4. ÁREA DA PRAÇA, PARQUE ELDORADO



Fonte: Google Earth. Editado pelos autores, 2016

FIG. 5. SETOR ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO - SEP, ENTRE O PROLONGAMENTO DA AV. ARTHUR BERNARDES (TRECHO JÁ CONSTRUÍDO) E O PROLONGAMENTO DA AV. NOSSA SENHORA DO CARMO (TRECHO NÃO CONSTRUÍDO)



Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - RJ, 2007

FIG. 6. LOCALIZAÇÃO DO SETOR ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO NA AVENIDA ARTHUR BERNARDES



Fonte: Google Earth. Modificado pelos autores, 2016.

Fonte: Google Earth, 2016

FIG.7. LADO ESQUERDO DO RIO PARAÍBA DO SUL



Fonte: Google Earth, 2016

FIG.8. MAPA 06, MACROESTRUTURAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA DA SEDE E DE GOYTACAZES



Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, RJ

fundamental na preservação da vegetação e dos recursos hídricos no município. Deve-se buscar planejamento e gestão urbana, integrando uso e ocupação do solo, vegetação e recursos hídricos (ARAÚJO et al., 2015).

A base para a definição de diretrizes para o uso e a ocupação do solo é o conhecimento dos aspectos ambientais da região. A caracterização e o diagnóstico da situação da vegetação, do solo e dos recursos hídricos é fundamental nesse processo. Na revisão do Plano Diretor, deve-se levar em conta as áreas de riscos de desastres e vulnerabilidades à contaminação do solo e das águas superficiais e sub-

terrâneas (CHRISPIM, 2016).

2.3. Mobilidade

O tema da mobilidade no Plano Diretor de Campos foi aprovado de forma gráfica na Macroestruturação da Mobilidade Urbana da Sede e de Goytacazes (Fig. 8. Mapa 06). Entre as possibilidades de revisão dessa macroestrutura viária, pode-se destacar a necessidade de ampliação e de mudança de traçado, tanto de vias arteriais como coletoras.

Considerações finais

Na revisão do Plano Diretor de Campos, é importante definir diretrizes que respondam às necessidades atuais e que estejam no contexto da civilização global, em que se busca sustentabilidade, humanização, mobilidade para todos, referências culturais e qualidade de vida.

O momento é de tomar medidas para a proteção do patrimônio histórico, a recuperação e a criação de áreas verdes (aumento de canteiros, árvores, praças e parques urbanos e ambientais), a ampliação do macro sistema viário (especialmente novas vias coletoras), a ampliação da rede cicloviária e a criação de nova zona de verticalização.

Considerando a necessidade de Campos dos Goytacazes desvincular seu desenvolvimento, de forma dependente, dos Royalties do Petróleo, é importante preparar a cidade para a atração dos investimentos privados. O setor imobiliário é um importante gerador de desenvolvimento, mas que precisa ser direcionado. O desenho urbano pode

ser utilizado para criar áreas com qualidade urbana e ambiental na cidade, atraindo investimentos e proporcionando qualidade de vida. Projetos urbanísticos, reestruturação urbana, operações urbanas podem ser realizados tanto do lado esquerdo como do lado direito do Rio Paraíba do Sul; projetos urbanísticos que valorizem as áreas ambientais, contemplem o social e proporcionem novas áreas de investimentos imobiliário e empresarial.

Foi observado, neste estudo, que a cidade necessita de maior tratamento urbanístico e ambiental com o intuito de proporcionar maior qualidade de vida para seus habitantes, requisito fundamental para que a cidade cumpra sua função social. A revisão do Plano Diretor poderá proporcionar mais áreas públicas para a população, com efetiva proteção e valorização das áreas de interesse ambiental e criação de parques urbanos, trazendo mais qualidade de vida, desenvolvimento social e econômico para o município.

REFERÊNCIAS

- ACKEL FILHO, D. **Município e prática municipal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- ARAÚJO, R. S. **Modificações no planejamento urbanístico: teoria e método de análise**. São Paulo: Nobel, 2010.
- ARAÚJO, R. S.; ALVES, M. G.; MELO, M. T. C.; CHRISPIM, Z. M. P.; MENDES, M. P.; SILVA JÚNIOR, G. C. **Water resource management: A comparative evaluation of Brazil, Rio de Janeiro, the European Union, and Portugal**. *Science of the Total Environment*, v. 511, p. 815-828, 2015. <http://dx.doi.org/10.1016/j.scitotenv.2014.11.098>.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília, DF. Diário Oficial, Ano CXXVI, Nº 191-A (Quarta-feira, 5 de outubro), 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.
- CHRISPIM, Z. M. P. **Análise da vulnerabilidade e caracterização hidrogeoquímica dos aquíferos livres rasos da parte emersa da bacia sedimentar de Campos**. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy

- Ribeiro - UENF. Campos dos Goytacazes: UENF-CCT-LECIV, 2016.
- FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado - Urbanismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.
- INFOROYALTIES. Universidade Candido Mendes - Campos. Disponível em: <<https://inforoyalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 13 set. 2017.
- LIRA, R. A. **Representação, participação e cooptação nos conselhos municipais em Campos dos Goytacazes**. Tese de Doutorado - UENF. Campos dos Goytacazes, 2012.
- ROCA CLADERA, J. **Manual de valoraciones inmobiliarias**. 1ª reimpressão. Barcelona: Ariel Economía, 1986.
- SOFFIATI, A. As Lagoas que a Cidade de Campos Comeu. **Revista Informe Ambiental**, 13 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.informeambientalbr.com.br/search?update-d-max=2015-06-17T07:33:00-07:00&max-results=10&start=50&by-date=false>>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- UNITED NATIONS. General Assembly. United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III). **New Urban Agenda**. Quito Declaration on Sustainable Cities and Human Settlements for All. A/CONF.226/4. Quito, 17-20 October 2016.

Consulte as edições anteriores do

**Boletim Petróleo,
Royalties e Região**

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

Abandonada e aproveitada: o redistritamento informal de Quixaba, RJ

NEGLECTED AND USED: THE INFORMAL REDISTRICTING OF QUIXABA, RIO DE JANEIRO, BRAZIL

Resumo:

Quixaba é um povoado geograficamente isolado, cujos residentes dependem principalmente da pesca, da confecção de esteiras e da agricultura de pequena escala. Embora a região que compreende Quixaba se localize dentro do Município de Campos dos Goytacazes (RJ), virtualmente todos seus residentes votam legalmente em São João da Barra (RJ), o município que providencia todos os serviços públicos na região, incluindo escolas, postos de saúde, coleta de lixo, infraestrutura elétrica etc. Por meio de observação participante e do uso de grupo focal entre moradores de Quixaba, o presente estudo busca discernir os benefícios para cada município, assim como a perspectiva dos residentes de Quixaba para com o atual arranjo político-eleitoral. Os resultados indicam que, embora essa situação se traduza em ganhos financeiros e políticos para Campos dos Goytacazes e São João da Barra, respectivamente, os residentes de Quixaba se sentem privados de muitos direitos políticos, com pouco recurso, além de vender seus votos.

Palavras-chave: Redistritamento, Política, Território, Conflito, Clientelismo, Petróleo.

Abstract:

Quixaba is a geographically isolated rural town whose residents depend chiefly on fishing, mat weaving, and small-scale agriculture. Although the region comprising Quixaba is located within the territory of the Municipality of Campos dos Goytacazes, RJ, virtually all of its residents vote legally in São João da Barra, RJ, which provides all the public services in the region, such as schools, health clinics, garbage collection, electrical infrastructure, etc. Through participant observation and the use of a focal group among Quixaba residents, the present study seeks to discern how each municipality benefits from the current political-electoral arrangement as well as the perspective of Quixaba residents regarding it. The results indicate that while this situation translates into financial and political gain for Campos dos Goytacazes and São João da Barra, respectively, Quixaba residents find themselves disenfranchised of many political rights, with little recourse besides selling their votes.

Keywords: Redistricting, Politics, Territory, Conflict, Clientelism, Petroleum.

John Marr Ditty

Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
john_ditty@hotmail.com

Denise Cunha Tavares Terra

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na UENF
deniseterra@gmail.com

Maria Eugênia Ferreira Totti

Doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política na UENF
mefotto@gmail.com

1 - Introdução

Quixaba é uma localidade isolada, onde a maioria dos 500 moradores (OLIVEIRA, 2012) ganha a vida como pescadores artesanais, pequenos agricultores e confeccionadores de esteiras. Embora Quixaba faça parte do Município de Campos dos Goytacazes, praticamente todos os adultos votam nas eleições de São João da Barra (SJB). Por sua parte, SJB fornece todas as instalações e serviços públicos, como creche, escola de ensino fundamental, posto de saúde, infraestruturas de rede elétrica e iluminação pública, coleta de lixo, serviços sociais, CCZ, manutenção das vias, transporte subsidiado a SJB e manutenção e melhorias da praça principal de Quixaba.

Os limites entre Campos e SJB foram estabelecidos pela Lei nº 1.056, em 31 de dezembro de 1943, e, nos mapas nos sites do IBGE, Campos e SJB são consistentes nas suas respectivas representações da delimitação. Como em Quixaba, os residentes nas localidades de Azeitona, Capela de São Pedro, Salgado, Flecheira e Bajuru também moram dentro dos limites de Campos, todavia inscritos em cartórios eleitorais de SJB e recebendo investimentos públicos apenas deste município. O Projeto de Lei nº. 54, submetido à ALERJ em 2003, teria alterado os limites municipais para incluir Quixaba e as outras localidades no Município de SJB (STUDART, 2003), mas não foi votado.

2 - Questões de pesquisa

1. Visto que o Município de Campos dos Goytacazes poderia considerar a apropriação não oficial de território como ameaça à sua soberania e que o de SJB providencia serviços caros e não obrigatórios, como os to-

madores de decisões nesses municípios se beneficiam do arranjo sociopolítico em vigor?

2. Quais são as perspectivas dos moradores de Quixaba em relação a essa situação?

3 - Revisão da literatura

Alguns conceitos na literatura da ciência social têm utilidade na compreensão da configuração política e social que se encontra em Quixaba. "Gerrymandering", ou "redistribuição partidária", se refere à divisão de uma unidade política, no intuito de proporcionar uma vantagem injusta a um grupo (MERRIAM-WEBSTER.COM, 2016).

O "senso da eficácia política" se baseia no sentimento de que "ação política individual tem, ou pode ter, impacto no processo político" (CAMPBELL; GURIN; MILLER, 1954). Embora vários estudos acadêmicos tenham investigado possíveis vínculos entre *gerrymandering*, eficácia política e participação, não houve consenso sobre a existência de tais vínculos e sobre causalidade entre as variáveis. No entanto, como estudos são extremamente escassos sobre cenários onde a participação política é obrigatória (como no caso brasileiro) e onde a

apropriação política da região ocorreu há mais de cinquenta anos (como no caso de Quixaba), é altamente plausível que a singular situação encontrada na área do estudo possa influenciar a percepção da eficácia política dos seus eleitores.

No contexto brasileiro, Faoro (2001) investiga um sistema histórico de manipulação eleitoral, o voto de cabresto, em que latifundiários distribuíam favores e ameaças em áreas sob seu controle, conhecidas como currais eleitorais. De acordo com vários autores (AMES, 1995; BARREIRA, 1999; KENNY, 2002), expectativas clientelistas ainda estão presentes nas eleições brasileiras, principalmente em zonas rurais; enquanto isso, 8,3 milhões de eleitores receberam ofertas para compra de voto no Brasil em 2006 (ABRAMO, 2007), cenário que aconteceu com 13,9% de todos os eleitores no Brasil, em uma eleição anterior (SPECK, 2003).

4 - Métodos

Uma casa foi alugada em Quixaba, para pesquisas do tipo observação participante, durante os doze meses que precederam a eleição de prefeito e de vereadores de 2016. O pesquisador estava presente na localidade 1-2 dias por semana, durante todo o período. Além disso, um grupo

focal, composto de cinco mulheres e cinco homens residentes de Quixaba, com idades entre 34 e 78 anos, foi realizado dois meses antes da eleição. O grupo foi conduzido segundo as recomendações de Ressel et al. (2008), e a conversa foi gravada.

5 - Resultados e discussão

Durante as pesquisas de campo e dentro do grupo focal, nenhum residente de Quixaba foi identificado como eleitor no Município de Campos, apesar de um dos informantes ter relatado conhecer apenas dois eleitores inscritos para eleições neste município. Ademais, os interlocutores do estudo não lembravam de visita alguma à localidade, realizada por candidatos disputando cargos em Campos, tampouco de investimentos públicos provenientes do município. Entretanto, se os limites municipais entre Campos e SJB fossem redesenhados conforme o Projeto de Lei nº. 54, submetido à ALERJ em 2003 (STUDART, 2003), Campos perderia uma quantidade significativa dos royalties e pagamentos de 'participação especial' de petróleo (NETTO; CORRÊA, 2013). Além disso, já que moram em área rural e não pagam o IPTU, e devido à população de mais de 400 mil pessoas em Campos, os eleitores da região de Quixaba não oferecem vantagens nem para os políticos e nem para os candidatos de Campos, pois não são em número suficiente para alterar a eleição.

Em contrapartida, os 3 ou 4 mil eleitores da região compreendendo Quixaba podem representar um número significativo do eleitorado em SJB, que possui menos de um décimo do número de eleitores de Campos. Ademais, a criação do Distrito Industrial de São João da Barra do Porto do Açu aumentou o isolamento geográfico dos moradores dessa região, que pertencem a localidades pequenas e integradas, enfrentam poucas oportunidades de trabalho e compartilham atividades econômicas, identidades comunitárias e queixas comuns. De acordo com Ames (1995), essas são exatamente as características que reduzem os custos para grupos políticos que pretendem mobilizar votos.

Segundo uma residente, "O nosso lugar é famoso como

sabe o quê? 'Deixa eles lá. Na época da eleição a gente vai lá e compra voto.' Sempre foi assim!" Outro disse, "Em 100 votos de Quixaba, 98 vendem seu voto no dia da eleição". Segundo os interlocutores, candidatos de SJB costumavam pagar entre R\$ 200 e R\$ 300 por voto em Quixaba, comparados com candidatos da Baixada Campista, que pagavam R\$ 60, na eleição de 2016. Esse fato pode indicar o impacto diferencial de cada voto em SJB em relação a Campos.

Segundo os resultados do estudo, o arranjo político que surgiu em Quixaba se relaciona com um baixo nível na percepção de eficácia política entre os residentes. Os interlocutores disseram que atores públicos só aparecem nas épocas de eleição; que essas autoridades alegam estar impossibilitadas de investir na região "adotada" por causa do seu pertencimento a Campos e que, como resultado, a região carece de vias asfaltadas, infraestruturas para o fornecimento de água, obras para desobstruir os rios, quadras esportivas, serviços e equipamentos médicos e escolas e cursos profissionalizantes. Durante a pesquisa, os ônibus da linha Campos-Quixaba, da empresa Turisguá, deixaram de atender à localidade durante sete meses, alegando que ela pertencia ao Município de SJB, assim privando os residentes do seu único meio de transporte público para Campos.

Além disso, há várias reclamações relacionadas à implantação do Porto do Açu. Os moradores alegam que as promessas de contratar a mão de obra local para trabalhar no Porto somente se concretizaram durante o período do "serviço pesado" e que, na época da pesquisa, apenas dois moradores ainda trabalhavam no Porto. "Só tem emprego pro pessoal de fora", disse um. Muitos afirmam que, após a construção do Porto e do Terminal 2 (T2), o canal de navegação de 6,5 km de extensão ligado ao mar, as águas subterrâneas e superficiais

da região se tornaram mais salobres e que o lençol freático se encontra mais longe da superfície terrestre. "Para mim, o Porto só trouxe destruição", disse outro. Finalmente, a transformação do ecossistema compreendendo a Lagoa do Açú em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral (o Parque Estadual da Lagoa do Açú), uma exigência compensatória relacionada à implantação do Porto, inviabilizará tanto a pesca quanto o recolhimento da taboa, a matéria-prima principal na confecção de esteiras.

Assim, os residentes de Quixaba se encontram em si-

6 - Conclusão

Os resultados do presente trabalho oferecem uma visão com poder explicativo sobre o arranjo sociopolítico que surgiu na região de Quixaba. Já que análises de custo-benefício informam decisões políticas (AMES, 1995), é possível enxergar vantagens para os tomadores de decisão tanto de Campos quanto de SJB. Para Campos, manter a situação como está significa o continuado recebimento de royalties de petróleo, sem a obrigação de investir dinheiro em uma região com relativamente poucos eleitores. Devido ao número pequeno de eleitores no Município de SJB,

tução difícil e responsabilizam as decisões tomadas pelas autoridades públicas sanjoanenses. Segundo os moradores, a autorização do Porto do Açú acarretou impactos negativos já constatados na pesca e na agricultura familiar, em função de contaminação salina, e ameaça inviabilizar a fabricação das esteiras, as três atividades econômicas mais importantes da localidade. Portanto, não é de se surpreender que oito das dez participantes do grupo focal disseram preferir pertencer a Campos do que a SJB. "Os políticos de Campos roubam, mas fazem e aqui roubam e não fazem nada", resumiu um pescador.

no entanto, e às condições socioeconômicas que permitem a exploração da área de estudo como curral eleitoral, modestos investimentos públicos se traduzem em significativos retornos eleitorais. As vantagens, porém, não parecem se estender aos residentes estudados, pois, com o status de "filhos adotivos", os resultados indicam que eles não gozam dos seus plenos direitos como cidadãos, e os valores investidos por SJB na região, como porcentagens da receita pública, são aquém da sua proporção eleitoral em relação ao total de eleitores do município.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. W. **Compra de votos nas eleições de 2006, corrupção e desempenho administrativo**. Transparência Brasil. São Paulo, 2007.
- AMES, B. Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel: Bases of voting in the Brazilian Congress. *The Journal of Politics*, v. 57, n. 02, p. 324-343, 1995.
- BARREIRA, C. Velhas e novas práticas do mandonismo local: Um diálogo com Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Revista de Ciências Sociais*, v. 30, n. 1/2, 1999.
- CAMPBELL, A.; GURIN, G.; MILLER, W. E. **The voter decides**. Evanston, Illinois: Row, Peterson and Company, 1954.
- FAORO, R. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.
- KENNY, M. L. Drought, clientalism, fatalism and fear in Northeast Brazil. *Ethics, Place & Environment*, v. 5, n. 2, p. 123-134, 2002.
- MERRIAM-WEBSTER.COM. **Gerrymander**. 2016. Disponível em: <<http://www.merriam-webster.com/dictionary/gerrymander>>. Acesso em: 10 set. 2016.

- NETTO, D.; CORRÊA, S. Ceperj vai mostrar a quem pertence o Açú. **Folha da Manhã**, 09 set. 2013. Disponível em: <<http://www.fmanha.com.br/economia/ceperj-vai-mostrar-a-quem-pertence-o-acu>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- OLIVEIRA, E. L. **Monitoramento de impactos socioeconômicos na área de influência do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú: Campos dos Goytacazes e São João da Barra**. Relatório de pesquisa do Edital Universal, CNPq. Campos dos Goytacazes. 2012.
- RESSEL, L. B. et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 779-786, 2008.
- RIO DE JANEIRO. Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. **Projeto de Lei nº 54/2003**. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/839711ccfd1ad41c83256cd20065e057?OpenDocument>>. Acesso em: 5 set. 2016.
- SPECK, B. W. A compra de votos: uma aproximação empírica. **Opinião Pública**, v. IX, n. 1, p. 148-169, 2003.

MBA em Gestão de Pessoas: Estratégias e Resultados



UNIVERSIDADE
CANDIDO MENDES

Maiores informações e pré-inscrição:
(22) 2726-2405 / (22) 2726-2400
posgraduacao@ucam-campos.br
www.ucam-campos.br

Editores

Rodrigo Machado Vilani
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
José Luis Vianna da Cruz
Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Conselho Editorial

Angela Moulin Simões Penalva Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Christian Luiz da Silva
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
Denise Cunha TavaresTerra
Universidade Estadual do Norte-Fluminense – UENF
Edna Maria Ramos de Castro
Universidade Federal do Pará – UFPA
Frédéric Jean Marie Monié
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Helder Queiroz Pinto Junior
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Isa de Oliveira Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Jeroen Johannes Klink
Universidade Federal do ABC – UFABC
João Figueira de Sousa
Universidade Nova de Lisboa – UNL
João José de Assis Rangel
Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes
José Gutman
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP
Lia Valls
Fundação Getúlio Vargas - FGV
Luciano Dias Losekann
Universidade Federal Fluminense – UFF
Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez
Universidade Federal do Pará – UFPA
Marília Steinberger
Universidade de Brasília - UnB
Paulo Gusmão
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Rodrigo Anido Lira
Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes
Rodrigo Valente Serra
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ
Rosana Baeninger
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Rosélia Piquet
Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes
Silvia Gorenstein
Universidad Nacional del Sur – Argentina
Suzana Quinet de Andrade Bastos
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
Vera Lucia Alves França
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Virginia Elisabeta Etges
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC
Yann Fournis
Université du Québec à Rimouski - UQAR
Yves Fauré
Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Revisora Gramatical

Maria Marta Garcia de Assis Rangel
Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes
Editoração/ Diagramação
Briefing Marketing
Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes
Bolsista de Iniciação Científica
Paulo Rossi Croce
Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes

Escopo

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica,

primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003. O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente de forma regular e ininterrupta em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo editor-chefe, que encaminhará para avaliação por membros do Conselho Editorial e, eventualmente, por pareceristas ad hoc. As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são:

- O arquivo deve ser enviado em formato 'DOC' ou 'DOCX'.
- A primeira página deve apresentar: a) título do trabalho; b) autoria: nome completo do(s) autor(es), formação acadêmica, filiação institucional, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- A segunda página deve conter: a) título em português e inglês; b) resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, com indicação de 3 a 5 palavras-chave.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 15 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- Formatação: tamanho do papel: A4 (21 x 29,7 cm); margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm; Fonte: Times New Roman, corpo 12; Espaçamentos: 1,5 entre linhas.
- As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- O encaminhamento dos textos para o Boletim implica a autorização para publicação e aceitação de eventuais edições necessárias para adequação ao formato do Boletim e ao seu padrão editorial.

Author Guidelines

The articles submitted are accepted for consideration firstly by the Editor in chief, who refers them to be evaluated by members of the editorial board, and, eventually, by ad hoc referees.

The formatting rules to send the article are the following:

- The file must be sent in 'DOC' or 'DOCX' format.
- The first page must present: a) title of the work; b) authorship: full name of the author(s), academic degree, institutional affiliation, e-mail address, telephone number, and full postal address.
- The second page must contain: a) title in English; b) abstracts in English, comprising 100 to 150 words and also 3 to 5 keywords.
- The articles should be in the regions of 11,000 to 15,000 characters with spaces (including notes and bibliographic Referências).
- Formatting: paper size: A4 (21.0 cm by 29.7cm); top left margin: 3.0 cm; bottom right margin: 2.0 cm; font: Times New Roman, 12 - point font size; spacing: 1.5 cm between lines.
- Bibliographic Referências must be in accordance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023).

Instrucciones para los Autores

Los textos recibidos son evaluados inicialmente por el editor en jefe, que los encaminará para valoración por los miembros del Comité Editorial y, eventualmente, por árbitros ad hoc. Las normas de presentación del texto para envío del artículo son las que se siguen:

- Los archivos se deben enviar en formato 'DOC' o 'DOCX'.
- La primera página debe presentar: a) título del trabajo; b) autoría: nombre completo del autor, formación académica, afiliación institucional, correo electrónico, teléfono y dirección para correspondencia.
- La segunda página debe incluir: a) título en Español e Inglés; b) resumen en Español y abstract en Inglés entre 100 (cien) y 150 (ciento cincuenta) palabras, incluyéndose entre 3 (tres) y 5 (cinco) palabras claves.
- Los artículos deben tener como mínimo 11 mil y como máximo 15 mil caracteres con espacios (incluyendo notas y referencias bibliográficas).
- Formateo: hoja tamaño A4 (21,0 x 29,7cm); márgenes superior e izquierdo: 3cm; inferior y derecho 2cm; Times New Roman 12; interlineado 1,5.
- Referencias bibliográficas deben ser presentadas de acuerdo a las normas establecidas por la Asociación Brasileña de Normas Técnicas – ABNT-NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail:

boletim@ucam-campos.br